

International workshop “**Trust, Reputation, Defectors, and Sustaining Social Norms: Studying spatially complex cooperative relationships in ways that connect TECT projects**”

(Porto, FLUP, 26-29 March 2008)

Org: Amélia Polónia, University of Porto, Portugal; Jack Owens, Idaho State University, USA

Between 26 and 29th March historians, mathematicians, biologists, specialists in cognitive sciences, sociologists and GIS experts from Europe, India and the United States gathered in Portugal for a scientific reunion supported by the European Science Foundation (ESF).

The scientific meeting had been held at the Faculty of Arts of the University of Porto (Faculdade de Letras da Universidade do Porto).

This workshop was an initiative of **DynCoopNet**, a EUROCORES CRP (Collaborative Research Project) that addresses the ESF - TECT program through the examination of the evolution of cooperation tying together the self-organizing commercial networks of the first global age (1400-1800). It involved participants of other TECT - CRPs .

The networking activity focused on “**Trust, Reputation, Defectors, and Sustaining Social Norms: Studying spatially complex cooperative relationships in ways that connect TECT projects**”. It aimed to produce new academic insights about cooperation in the context of the dynamic complex system of which those evolving networks were a part. Through a convergence of methods unusual in the historical social sciences, the reunion offered an intense 4-day technical and theoretical programme focused on new methodological approaches encouraging the discussion of the mechanisms of cooperation that permitted to establish and to sustain networks. Further information available at www.dyncoopnet-pt.org

Amélia Polónia

FEEGI 2008 Conference “**Empire and Identity**” (Washington D.C. - Georgetown University, 22-23 February 2008)

O FEEGI (Forum for European Expansion and Global Interaction), associação filiada na AHA (American Historical Association), organiza um congresso bienal, com sessões por norma plenárias. Os painéis, temáticos, funcionam como sub-divisões do tema principal do Congresso, e visam a promoção de um debate alargado sobre temas que se têm centrado em dinâmicas históricas ligadas à expansão europeia, envolvendo, numa perspectiva comparativa e diacrónica, os complexos geográficos do Mediterrâneo, do Índico e do Atlântico.

A conferência de 2008, realizada na Universidade de Georgetown, entre 21 e 24 de Fevereiro, centrada na temática “*Empire and Identity*”, abarcou os seguintes painéis: *People in Motion; Imperial Strategies; Framing Empire; Commodities and Objects; Transforming Local Identities; Views of Empire; Trades and Traders; Conflict on the Margins*.

O Congresso terminou, numa nota de convivialidade, com um “Banquet and Keynote Address”, proferida por Chris Lane, presidente do FEEGI, sob o sugestivo tema: *Everybody Must Get Stoned: Rock Medicine in the Early Modern World*.

A presença de três investigadores portugueses não passou despercebida, e revelou-se essencial para o debate de temas e de dinâmicas históricas em que a historiografia portuguesa tem, por certo, uma palavra a dizer...

Amélia Polónia

Fifth IMEHA International Congress of Maritime History (Greenwich, 23-27 Junho 2008)

O Congresso da Associação Internacional de História Económica Marítima (IMEHA- International Maritime Economic History Association) ocorre a cada quatro anos. O anterior teve lugar na Grécia, em Corfu, em 2004 e este ano no Campus da Universidade de Greenwich. O evento reuniu mais de 300 participantes, e mais de 250 comunicações, distribuídas pelos 5 dias do Congresso e por sessões temáticas, simultâneas, em que participaram especialistas provenientes de mais de 30 países.

Tendo como alvo e objecto de estudo as dinâmicas marítimas, em todas as suas expressões, e cultivando um enfoque abrangente, temática, cronológica e geograficamente, as sessões cobriram uma multiplicidade de temas, desde a história naval; a construção naval; a marinha mercante e o comércio marítimo; políticas marítimas e imperiais; defesa e segurança; pesca; comunidades marítimas; cultura marítima; portos e trabalho portuário; história dos impérios marítimos; pirataria; arqueologia marítima; património e turismo.

Para além das conferências de abertura e de encerramento, proferidas pelos Professores Gopalan Balachandran, Nicholas Rodger e o Doutor David Williams, o Congresso incluiu uma sessão em que o editor da revista da IMEHA, o International Journal of Maritime History, Lewis Fischer, bem como os responsáveis por outras publicações de áreas disciplinares afins, apresentaram projectos editoriais e fizeram balanços de quatro anos de actividade editorial.

Vários investigadores Portugueses participaram, com comunicações que incluíam, entre outros, estudos sobre ciência náutica e comércio; a acção do Estado e de particulares na construção do “império” marítimo português e balanços acerca da produção recente sobre história marítima, em Portugal.

Amélia Polónia

Charles Tilly (1929-2008):

In Memoriam

“The concept of civil society is morally admirable, but analytically useless.”

O que distingue um bom cientista, seja ele historiador, sociólogo, cientista político, ou qualquer outro, são as dúvidas, ou melhor dizendo, a qualidade das suas dúvidas. As dúvidas sobre as crenças básicas de todo o tipo que necessariamente contaminam a teoria e a forma como esta se relaciona com os métodos que aplica e as hipóteses que testa. De que modo o que pensamos sobre a realidade é ajustado? E de que modo esse “conhecimento” pode ser aprimorado? Como todos os grandes cientistas do passado e do presente, Charles Tilly foi um homem avassalado pelas dúvidas, e foi nesse questionamento incessante que se redimiou até à grandeza o corpo aparentemente frágil da sua obra.

Charles Tilly faleceu. E com ele desapareceu a fonte criadora de alguma da melhor historiografia social e política norte-americana. O que nos deixou, porém, é já de si imenso, para não dizer excitante e inspirador. Em Tilly há de tudo, desde os seus trabalhos sobre a metodologia social construtivista moderada, aos seus trabalhos pioneiros sobre os movimentos sociais europeus dos séculos XVI e XVIII, e ao inextinguível trilho dos estudos sobre a formação dos Estados europeus. Nesta pequena homenagem bibliográfica sobre um dos maiores sociólogos e historiadores do nosso tempo, apenas abordaremos o trabalho de Tilly sobre a formação do Estado, não por representar o melhor ou o cume da sua obra, mas sim por ser tão importante e central no conjunto desta que não apenas irradia a sua influência sobre as outras áreas de pesquisa como é um veículo privilegiado para acompanhar, mesmo que sumariamente, o percurso vital do autor.

A iovação instável e profícua das ideias de Tilly sobre a formação dos Estados europeus é talvez uma das ideias centrais menos dubitativas da sua obra. Talvez não seja exagerado dizer que foi praticamente desde os seus primeiros trabalhos, em grande parte influenciados pelo seu professor, Barrington Moore Jr. (*As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*), que Tilly resiste ao paradigma dominante nos estudos históricos e sociológicos sobre o Estado de que as formações estatais obedecem a leis evolutivas que têm o seu modelo na Europa, mais precisamente na Grã-Bretanha e em França. Contra Almond e contra os grandes politólogos americanos dos anos 60 e 70, Tilly impulsiona então uma visão alternativa, logo a partir de 1975, com o seu *The Formation of National States in Western Europe*.

Tilly, que entretanto se doutorara em sociologia pela prestigiada Harvard (1958) e publicara, seis anos depois, o seu primeiro livro, *The Vendée*, no qual retomara e refutara a Dissertação Doutoral, segue mais uma vez os passos do irreverente Barrington Moore, ao defender que os Estados-Nação do mundo moderno não são modelos formais e exógenos de relações de autoridade, mas sim conglomerados de relações de poder baseado, principalmente, no sucesso bélico de certos grupos organizados pelo controlo do poder militar.

Este cair das nuvens do conceito do Estado estava naturalmente em desacordo com as premissas formais dos funcionalistas americanos e dos teóricos das teorias do desenvolvimento. Por outro lado, equivalia a um profundo envolvimento e a uma verdadeira interpenetração da sociologia com a história, um dos temas maiores do percurso metodológico posterior de Tilly. A cegueira analítica do modelo formal era superada pela análise documentada e minuciosa das componentes espaço-temporais dos fenómenos históricos, de modo que a *formação estatal*, muitas vezes associada a processos revolucionários e contra-revolucionários (dois outros temas tillianos importantes), também podia ser investigada nas suas origens e modos de expansão através da análise de processos historicamente localizados e verificados.

Esta ideia da Formação Estatal (*State Formation*), que seria, como dissemos, muito mal compreendida e interpretada pelos funcionalistas da época (que o acusavam de não ser capaz de compreender e de seguir as regras da disciplina, ou seja, de ser um mau sociólogo), passaria então a ser englobada por Tilly numa teoria mais ampla, de contornos adaptativos e reticulares, sobre as sociedades industriais e pós-industriais, cujos contornos e conceitos centrais seriam muitas vezes reavaliados à luz das novas investigações e da pesquisas do passado. Em 1993, Tilly publicaria o seu *European Revolutions, 1492-1992*, onde, pela primeira vez, integra nas suas perspectivas sobre os processos de formação estatal algumas das ferramentas conceptuais que o seguirão até à actualidade. Uma das inovações teóricas com implicações metodológicas imediatas é a ideia de que essas formações foram geradas, na maior arte dos casos, por processos revolucionários propulsionados pela concatenação causal de mecanismos e processos contingentes.

Esta inovação, que livraria Tilly de vez de qualquer concepção evolucionista e formal das sociedades ao ponto de, nas suas palavras, poder ter servido, se tivesse sido descoberta antes, para refutar muitas das conclusões já de si inovadoras que expusera no *The Vendée* (em parte como crítica à versão proto-funcionalista que o grande historiador francês Georges Lefebvre oferecera sobre as origens e a natureza da Revolução Francesa), marcaria uma segunda fase no percurso intelectual de Tilly, cujos limiares de sistematicidade mínimos seriam alcançados em obras posteriores como *Dynamics of Contention* (2001, co-editado com dois especialistas em movimentos sociais, Doug McAdam e Sidney Tarrow) e *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000* (2004). Ou seja, será integrada numa concepção agónica das sociedades modernas, cuja produção histórica é indissociável das relações de poder entre vários actores motivados pelo controlo do poder estatal ou de poderes sociais derivados através da contestação (*Contention*; sobre este e outros conceitos centrais, ver um artigo do autor desta resenha publicado nesta revista).

Num esforço para sintetizar o que dissemos, poderemos talvez dizer que é nas suas últimas obras que Tilly desenvolve um conjunto de ferramentas úteis que lhe permitem compreender melhor como certas democracias foram produzidas a partir de processos de formação Estatal idiossincráticos e irreprodutíveis. Será a partir do estudo de eventos espaço-temporais limitados (catálogos de eventos), cuja natureza é iminentemente histórica, que Tilly tentará compreender como certos grupos vitoriosos na luta pelo controlo da coerção ampliaram ou negociaram incidentalmente a sua posição sobre as populações, os aliados ou os antagonistas, resistindo, em certos casos, ou propulsionando, noutras, certos mecanismos e processos contingentes sem os quais não existiriam as *polites* democráticas do passado e do presente.

Aberta ao futuro, a teoria tilliana leva-nos pois a interrogar analiticamente o Estado numa base histórica materialista e espaço-temporalmente delimitada, impregnada de pesquisa analítica e de documentação histórica, permitindo-nos investigar o modo como esse conflito profundo e relativamente recente das civilizações sobreviverá a novos problemas e desafios. Por outras palavras, como se processarão a extração e a coerção estatais sobre os novos adversários e aliados das democracias consolidadas? Como se institucionalizarão as novas identidades e as novas cidadanias no contexto útil da autoridade Estatal? No futuro, assistir-se-á a um retrocesso ou a um reforço, das posições de tutela estatais que sabemos serem contingentes? E, principalmente, como será e deverá ser o Estado de um sistema político democrático?

Sem Tilly, é muito provável que não existissem estas questões. O que não é pouco. Serão poucos os cientistas que poderão orgulhar-se de um tal palmarés: o de questionarem escolas e modos convencionais de pensar e de investigar, para procurarem alternativas oferecendo melhores explicações e respostas.

António Rosas

Doutorando em Ciências Políticas e Sociais
Universidade de Santiago de Compostela
Mestre em Cultura e Comunicação
Universidade do Porto

RUY DE ALBUQUERQUE*
(1933-2007)

1. Evocação de um Mestre

Na sequência de doença que os jornais costumam adjectivar como «prolongada», mas que no seu caso o não chegou a ser, morreu ontem à tarde o **Doutor Ruy Manuel Côrte-Real de Albuquerque**, eminente historiador do *Direito*, lente jubilado da FD/UL.

O Mestre ora desaparecido era neto do Dr. Alexandre de Albuquerque (1875-1937), figura destacada da Academia Coimbrã em finais do séc. XIX, sendo então conhecido por «Xandre»¹; filho do Doutor Mário Correia Teles de Araújo e Albuquerque (1898-1975), formado em *Ciências Histórico-Geográficas* (1921) e em *Direito* (1922) pela UC, e ulteriormente doutor em *Ciências Históricas* pela UL (1930) e lente de *História* e de *Estudos Brasileiros* da respectiva Faculdade de Letras (1932 ss.)²; e irmão do Doutor Martim Eduardo Côrte-Real de Albuquerque, historiador do Direito e das Ideias Políticas, também lente jubilado da FD/UL. Entre os seus filhos, mais um lente da FD/UL (*Direito Civil*): o Doutor Pedro Côrte-Real de Albuquerque.

Ruy de Albuquerque fez o seu percurso académico pelas áreas da *História do Direito Português* e do *Direito Romano* (a S. tese de doutoramento, defendida em 1973, versou o Direito de *represália* no Portugal Moderno)³. Mas razões de distribuição de serviço ditaram que, mormente nos Ss. anos de assistente (1961-1973), participasse na docência de muitas outras disciplinas, da *Teoria Geral do Direito Civil* ao *Direito da Família*, do *Direito Comercial* ao *Direito Processual*; e assim teve ensejo de colaborar com uma série de lentes famosos da FD/UL dos anos 60 e 70. O que tal representou em termos de preparação nos mais diversos campos da «Enciclopédia Jurídica» – como ele gostava de dizer – e das Ciências Humanas em geral foi incomensurável. Ouvi-lo era ímpar; lê-lo era – e continuará a ser – um prazer: e lembrem-se muito em especial as Lições de *História do Direito Português*, escritas em colaboração com o Doutor Martim de Albuquerque, e documentando uma docência apoiada em sólida equipa, que inclui hoje 3 professores associados com agregação⁴, uma professora auxiliar e uma “pequena multidão” de habilitados com o grau de Mestre em *Ciências Histórico-Jurídicas*, parte dos quais doutoranda a curto prazo. Lê-lo – essa Obra didáctica e outras – será portanto, e sem dúvida, a melhor homenagem que poderemos prestar a Ruy Manuel Côrte-Real de Albuquerque.

* As duas partes deste texto foram inicialmente divulgadas em <http://guitarradecoimbra.blogspot.com>, posts de 2007/01/20 e 22.

¹ ALBUQUERQUE, 1898; Alexandre de Albuquerque era monárquico; entre os seus amigos contou-se Afonso Lopes Vieira; o opúsculo citado inseriu-se numa polémica com os estudantes republicanos António Macieira (ministro da Justiça num Executivo da I República), Egas Moniz (futuro lente da UC e da UL e Prémio Nobel da Medicina) e outros; veja-se também o *post* de A. M. NUNES patente em <http://guitarradecoimbra.blogspot.com>, 2006/11/04.

² Sobre Mário de Albuquerque v. por todos HOMEM [no prelo].

³ ALBUQUERQUE, 1973.

⁴ Dois dos quais fizeram entretanto o concurso para professor catedrático. No momento presente, há nas diferentes Escolas superiores de Direito mais do dobro do máximo de doutores em *Ciências Histórico-Jurídicas* alguma vez atingido: 4, nos anos 20 e 30 do século passado (Manoel Paulo Merêa [1889-1977] e Luís Cabral de Moncada [1888-1974] em Coimbra; Artur Miranda Montenegro [1871-1941] e Joaquim Pedro Martins [1875-1939] em Lisboa).

Lembrarei, por último, que Ruy de Albuquerque esteve uma vez na FL/UP, participando numa actividade do Departamento de *História* e do *Instituto de Documentação Histórica* – foi em Novembro de 2002, por ocasião da 2.^a *Semana de Estudos Medievais*, subordinada ao tema *Historiadores e Jus-Historiadores: a identidade e a diferença. Estado, Instituições, Poderes, Saberes, Portugal: séculos XIII-XX*, coord. Martim de Albuquerque e o autor destas linhas. A Ruy de Albuquerque coube a (notável) lição de encerramento, «O Homem e o Estado nas Relações Internacionais», proferida numa tempestuosa manhã de sábado, mas que nem por isso – com surpresa do conferencista – afugentou a assistência, que no final o aplaudiu com entusiasmo. O adiantado da hora não permitiu depois prolongar o diálogo, mas ainda houve tempo para intervenções de Humberto Baquero Moreno, de Luís Adão da Fonseca, de mim próprio e de um estudante de Mestrado, bem como para a resposta final de Ruy de Albuquerque. Uma só vez nos visitou, portanto; mas ficou na memória de quantos o ouviram⁵...

Lisboa, 19 de Janeiro de 2007

2. O Cerimonial Fúnebre Académico: apontamentos e interrogações

A participação no funeral do **Doutor Ruy de Albuquerque** – ontem à tarde – é a motivação imediata para este breve texto, com alguns dados e bastantes mais questionamentos.

Como é sabido, situações de *luto* – pessoal, institucional, *académico*... – traduzem-se imediatamente no *quomodo* do uso do traje estudantil: a capa passa a ser usada completamente desenrolada, eventualmente fechada com colchete – quando este exista –, e a batina (casaco de «tailleur» para as Senhoras) será igualmente fechada, encobrindo as bandas de cetim e fechando com um colchete (ou mola). Ou seja: um estudante trajando *enlutadamente* não fica muito diferente de um lente em *hábito talar* (ainda ontem me pude [re]aperceber disso): como ao longo da maior parte do século XIX...

Um lente coimbrão *de luto* enverga pois a sua farpela sem mais adornos; festivas que são, as insígnias não entram aqui⁶, como não entram, em geral, em cerimónias religiosas. E se usar luvas, estas podem passar do branco para o preto, como aquando do uso de *fraque* em cerimónias fúnebres⁷; mas podem manter-se brancas, se o paralelo se fizer em relação à *casaca*⁸.

⁵ Este trabalho aguarda ainda publicação. Em Março de 2005, na FD/UL, Ruy de Albuquerque participou ainda – e deve ter sido uma das últimas intervenções em reuniões científicas – no 2.º Colóquio *Historiadores e Jus-Historiadores*..., subordinado agora à temática *A Lei: do Jurídico ao Social*; coube-lhe desta vez a lição de abertura, «A Lei, o Direito e o Estado», outro precioso texto também inédito.

⁶ Os convites para celebrações religiosas, fúnebres ou não, na Capela de S. Miguel referem explicitamente: «Hábito: talar sem insígnias». Há uma excepção histórica: o funeral de Sidónio Pais (1918), onde nos surgem imagens de lentes trajando *hábito talar* com *borla e capelo*. Há quem pense – caso do Doutor Luís Reis Torgal, e com toda a pertinência – que não se trata de lentes de Coimbra – onde trajes e insígnias, suspensos em 1910, só retomaram *ca.* 1920 –, mas de lentes de *Direito* da UL, com carreira iniciada (e por vezes levada ao topo) na UC. Mas, e a ser de facto assim, uma interrogação cobra pertinência: será que antes de 1910 se usavam insígnias nos funerais dos lentes da UC (coisa que Sidónio também fora) (2007, Mar.): Numa conhecida fotografia do funeral de Sidónio podem ver-se 4 lentes em hábito falar com borla e capelo de Direito; 3 deles são identificáveis: Fernando Emygdio da Silva (da FP/UL), Alberto Rocha Saraiva (ao tempo da FP/UL, mas com início de carreira na FP/UL) e João Telo de Magalhães Colaço (ao tempo da FP/UL, transferido para a FP/UL em 1922).

⁷ Estou a pensar no funeral de Franco (1975) e no uso de *fraque* com gravata e luvas pretas pelos dignitários civis do Estado espanhol, imagens essas patentes na série televisiva *A Transição* (TVE, 1993, com transmissão em Portugal no *Canal História* da TVCABO em 1999); sobre esta série cf. *HOMEM; HOMEM; 2000-2001: 389-404*.

⁸ Vejam-se as imagens do funeral de Carmona (1951) patentes em *NOGUEIRA, 1981: 160*; os civis ostentam condecorações; os oficiais do Exército, de farda cinzenta, também, ainda que com um «fumo» preto no braço esquerdo...

Lentes de outras U's portuguesas usarão então a toga / beca / hábito / batina / etc. que lhes competir, sem aquilo que normalmente é tido por *insígnia doutoral* e, como tal, *festivo*: uma medalha pendente de epitógio na cor da especialidade científica ou da Unidade Orgânica universitária. É claro que o traje-base pode incluir cores outras: o castanho de Évora; o azul-celeste dos *canhões* das mangas das becas da U. Beira Interior e da U. Autónoma de Lisboa; o verde da U. Aveiro; as cores das especialidades científicas do capelo – indissociável aqui do traje-base – do ISCTE; o vermelho dos *debruns* do traje da U. Portucalense e dos *canhões* das mangas da batina da U. Moderna, etc. Sem falar no caso dos lentes que usem policromos hábitos de U's de outros Países, onde se tenham doutorado...

Um lente de Coimbra cujo funeral parta da capela de S. Miguel será aí velado por Colegas em «hábito talar sem insígnias» – com os necessários *mutatis mutandis* relativamente aos Mestres de outras Escolas que presentes estejam; terá junto do caixão a sua *borla*, colocada sobre uma almofada; será esta transportada no saimento pelo dr. mais recente da s. especialidade; no percurso até ao – e no – cemitério terá acompanhamento dos *arceiros* da Universidade e do *bedel* da s. Faculdade; e poderá haver oração fúnebre, proferida por um Colega – aqui o mais antigo –, o representante institucional da Escola, etc.

De tudo isto, o meu conhecimento directo é limitado: em Janeiro de 1992, em representação do Dep. de *História* da UAL, a que presidia, pude assistir ao saimento, do Arsenal da Marinha (ao Terreiro do Paço), do Doutor Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque (n. 1916); na circunstância – e para além de numerosas individualidades dos meios políticos, culturais e militares – estavam presentes, em *hábito talar*, o Director da Biblioteca-Geral da UC – Doutor Aníbal Pinto de Castro, que em 1986 sucedera no cargo ao próprio Doutor Albuquerque – e dois ou três lentes de *Matemática* da FCT/UC, o mais novo dos quais transportou a *borla* no breve trajecto da capela do Arsenal à viatura funerária. Sei que depois, no cemitério de Sangalhos, estiveram numerosos lentes e estudantes, bem como a *guarda de honra* dos arceiros; mas isso já não presenciei.

Imagens televisivas retenho ainda de funerais de outros lentes e drs. da UC:

- António de Oliveira Salazar (1889-1970), *funeral de Estado* com componente académica, sendo orador no cemitério de Vimieiro (Santa Comba Dão) o Doutor Afonso Queiró, Director da FD/UC;
- Carlos Alberto da Mota Pinto (1937-1985);
- Paulo Quintela (1905-1987), com oração fúnebre pela Doutora M. H. Rocha Pereira, ao tempo Presidente do CC da FL/UC;
- José de Azeredo Perdigão (1896-1993) e Vergílio Ferreira (1916-1996), drs. h.c. pela UC;
- Francisco Lucas Pires (1942-1998)...

E nas outras Instituições universitárias ?

Não tenho informações no que diz respeito às U's nascidas no último quartel do século XX; ainda que pequenas-médias urbes pudessem ser palco de cerimoniais com *modelo* na UC; um exemplo vindo de uma outra área profissional mas, para o que aqui interessa, com pontos de contacto: em Viseu, há já algumas décadas, advogados houve acompanhados na sua *última viagem* pelos Colegas envergando *toga*... Mas no que às U's mais tardias diz respeito nada sei de concreto.

Relativamente às U's da primeira metade do século XX:

a) Não tenho elementos sobre a U. Técnica de Lisboa (1930 ss.) e as Escolas que a precederam e nela se *federaram*;

b) na UP a grande tradição parece estar na Faculdade de Medicina, com mais do que prováveis antecedentes na Escola Médico-Cirúrgica; assim, e até aos anos 80 do século XX, um lente-médico era velado a dois tempos pelos seus Colegas:

i. uma hora antes da missa de corpo presente formavam semi-círculo em torno do ataúde os lentes não catedráticos⁹, trajando, ao longo da maior parte do século XX¹⁰, o «hábito talar» de referência coimbrã;

ii. meia hora depois este grupo era rendido pelos professores catedráticos¹¹, envergando a *beca*; permaneceriam nesse lugar durante a celebração;

- lentes de outras Escolas, mesmo que trajados, ficariam na assembleia; esta homenagem fúnebre foi desaparecendo a partir da década de 1980 – os últimos a recebê-la terão sido os lentes Álvaro Rodrigues e Ernesto de Moraes, quando alguns Mestres deixaram declarações de últimas vontades prescindindo de tal cerimonial¹²;

c) das restantes Escolas portuenses não tenho grandes notícias; ainda assim, recordo que os lentes de Ciências / *Matemática* Jayme Rios de Souza (1907-1971) – morto quando exercia as funções de Director da FC/UP – e Ruy Luís Gomes (1905-1984) – antigo Reitor e portador do título honorífico de *Reitor vitalício* – foram velados na Fac. Ciências, no segundo caso em circunstâncias totalmente *laicas*; das circunstâncias do primeiro destes casos já não me recordo; um outro lente de Ciências, mas agora de *Física*, Alexandre Pires de Carvalho (?-1979), teve a presença de Colegas trajados na missa de 7.º dia, celebrada na Igreja da Lapa¹³;

d) ulteriores tentativas de realização de *funerais académicos* geraram alguma resistência, contrapondo-se, não raro, argumentos do tipo:

- Aqui não estamos em Coimbra !...

e) pelo que nos resta a UL:

⁹ Os lentes « substitutos» e «preparadores» da Escola Médico-Cirúrgica (até 1911); os assistentes doutorados, primeiros-assistentes, professores auxiliares, professores agregados e professores extraordinários dos sucessivos regimes legais em vigor de 1911 a 1979; e os professores auxiliares e associados (com ou sem agregação), nos termos do *Estatuto da Carreira Docente Universitária*, de Novembro do último daqueles anos.

¹⁰ Antes disso teve pleno vigor a legislação de 1856-1857, que previa o uso da beca pelos lentes de todas as categorias (HOMEM, 2006). O confinar deste traje aos professores catedráticos na UP é algo que ainda aguarda o devido esclarecimento (*quando ? cur ? quomodo ?*).

¹¹ E, anteriormente a 1911, os lentes «proprietários» da Escola Médico-Cirúrgica.

¹² Informações prestadas pelo Doutor Rui Mota Cardoso, lente de *Psicologia Médica*.

¹³ Informação prestada pelo Doutor Manuel João Lemos de Sousa, lente jubilado de Ciências / *Geologia*.

i. a Fac. Letras (1911 ss.), com o ‘laicismo’ que enformava o preexistente Curso Superior de Letras, pouco ou nada terá praticado do estilo; e só tardiamente (anos 40 / 50) lá se usarão *hábitos talares*;

ii. nada sei das Facs. Medicina e Farmácia (1911 ss., a segunda como Escola anexa – 1911-1915 –, Escola Superior – 1915-1921 e 1928-1968 – e Faculdade— 1921-1928 e 1968 ss.);

iii. e vamos para a Fac. Direito; Escola constituída à partida com diplomados pela UC, tratando-se em múltiplos casos de lentes com bacharelato, formatura, licenciatura, doutoramento e concursos até ao topo da carreira, só com lentes inteiramente formados *intra-muros* a partir do início dos anos 20 (Armando Monteiro [1890-1953] e Marcello Caetano [1906-1980] foram os primeiros), natural será que esta Escola tenha mantido múltiplas práticas da ALMA MATER, v.g., e ainda hoje, o uso do *hábito talar* com *borla-e-capelo* por parte significativa dos seus Mestres, alguns dos quais de gerações jovens.

E aqui se enquadra o problema dos *funerais académicos*, e particularmente o do Doutor Ruy de Albuquerque, ontem ocorrido.

Um antecedente particularmente visível ocorrera em 2004, com o funeral do Doutor António Luciano de Sousa Franco (n. 1942), vítima de doença súbita na sequência de um episódio ‘surrealista’ na *lota* de Matosinhos, no decurso da campanha eleitoral para as *européias* desse ano. O funeral saiu da Basílica da Estrela para o Cemitério dos Prazeres, com transmissão televisiva; acompanhamento a pé por uma multidão onde se destacavam lentes da FD/UL (e, mais pontualmente, de outras U’s e Escolas), em traje académico. No cemitério usaram da palavra um representante da Família e o então Reitor da UL, Doutor José Barata Moura. A organização coube ao Presidente interino do CD da FD/ UL, o lente de *História do Direito* Doutor Eduardo Vera-Cruz-Pinto.

O mesmo lente, agora Vice-Presidente do mesmo órgão, repetiu a função. E foi assim:

I. Nos Jerónimos, lugares marcadas para: Autoridades (destaque para o PGR, Conselheiro Pinto Monteiro); Familiares; Lentes (peso, naturalmente, para o Reitor da UL e parte da equipa reitoral, para a FD/UL e para a FD/UC, com presenças pontuais da FL/UL e da FL/UP; destaque ainda para a presença dos antigos Reitores da UC e da UL, Doutor Rui de Alarcão e Doutor José Barata Moura, respectivamente, no segundo caso acompanhado por membros da sua antiga equipa reitoral; e ainda para o antigo Director da Biblioteca-Geral da UC, Doutor Aníbal Pinto de Castro); Estudantes, muitos deles envergando traje académico; e acompanhantes de lentes; junto do féretro a *borla* doutoral do extinto.

II. Pequenos cortejos dos lentes se formaram à entrada e à saída do templo; no da saída foi a *borla* transportada pelo *decano* dos drs. em *Direito* da UL (e não pelo *benjamim*, como em Coimbra), Doutor Pedro Soares Martínez; e à saída da Igreja a homenagem – capas no solo – de numerosos Estudantes de Direito.

III. Um dos concelebrantes foi o lente de *Filologia Clássica* da FL/UL Rev. Doutor Aires Augusto Nascimento.

IV. Nos Jerónimos, no termo da missa, um breve elogio académico foi proferido pelo Doutor Jorge Miranda, Presidente do CC da FD/UL.

V.À entrada dos Prazeres, junto à capela central do largo de entrada, intervenção do Reitor da UL, Doutor António Sampaio da Nóvoa.

VI. A borla doutoral continuou bem visível, no percurso até ao jazigo da Família.

O que aqui fica – já o disse e repito – é muito mais um conjunto de reflexões, partidas do que tenho observado ao longo de anos e ontem muito directamente, do que um *fazer História* ou um ditar de *normas protocolares*. De outros mais informados do que eu se poderão esperar contributos mais enriquecedores.

Lisboa, 22 de Janeiro de 2007

Armando Luís de Carvalho HOMEM



Vaticano, 2003 - Ruy de Albuquerque entrega a João Paulo II a medalha de ouro, símbolo do Prémio *Pro Iustitia*, atribuído ao então Sumo Pontífice pela Fundação *Direito e Justiça*, Instituição ligada à Fac. Direito / UL; ao fundo, ao centro, um lente de *Ciências* ao tempo Vice-Reitor da UL.

Fonte: www.barvelho.blogspot.com/.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Alexandre de, 1898 – *Carta à Academia de Coimbra*, Coimbra, Tip. E Lit. Minerva Central.

ALBUQUERQUE, Ruy de, 1973 – *Represálias (As). Estudo de História do Direito*, Lisboa, s.e.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2006 – *Traje (O) dos lentes: memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*, Porto, Faculdade de Letras, 2006, 125 pp. [col. «flup e-dita»].

HOMEM, Armando Luís de Carvalho [no prelo] – «Mário de Albuquerque e António Sérgio: revisitação de uma polémica» [entregue em 2004 para publicação no *In memoriam Mário de Albuquerque* (no prelo, 2009)].

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; HOMEM, Maria Isabel N. Miguéns de Carvalho, 2000-2001 – «Utilização (A) de registos fílmicos e testemunhos orais em História do tempo presente. Algumas considerações em torno da série televisiva “A transição” (TVE, 1993)», *Anais da UAL/série História*, V-VI (2000-2001), pp. 389-404.

NOGUEIRA, Franco, 1981 – *História de Portugal. 1933:1974*, Porto, Livraria Civilização.

In Memoriam
A. H. de Oliveira Marques
(1933-2007)*

1. A. H. de Oliveira Marques: memórias e percursos

No ano de 1975 ou 1976 eu batia – expressão literal – à porta do Prof. Oliveira Marques, da sua casa, na Rua Francisco de Andrade.

Era então Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra e não tinha, ao tempo, qualquer Professor Doutorado em História Medieval que me pudesse orientar. Tinha apresentado, em 1971, um tese de licenciatura sobre *O Mosteiro de Arouca* e nela sentira um gosto muito particular pelo estudo do meio rural em que a instituição se inseria.

Queria, pois, realizar um doutoramento em História rural, tomando como campo de análise uma região no entorno conimbricense, que concretamente veio a ser a especialidade entre Coimbra e a Foz do Mondego, a conhecida região do Baixo Mondego. Ora o único medievalista português que até àquele ano havia escrito um trabalho de fundo sobre a temática era o Prof. Oliveira Marques, que em 1962 publicara a *História da Agricultura em Portugal*.

Com a afoiteza dos meus verdes anos, dirige-me pessoalmente a esse historiador, que até então só conhecia pela leitura. E a porta a que bati abriu-se-me completamente. O Mestre aceitou ser meu orientador e, o tempo o diria, viria a ser mesmo muito mais do que isso, um Amigo.

Pesquisar e reflectir sobre os dados recolhidos nessa investigação para doutoramento foi para mim um tempo feliz. Se eu era trabalhadora e metódica, o Prof. Oliveira Marques ultrapassava qualquer ser humano nessas qualidades. Logo o trabalho ia avançando a ritmo certo e programado. Claro que mais no tempo de investigar e trabalhar os dados, menos no de escrever, que é muito mais lento e subjectivo. Mas justamente quando, como acontece a qualquer um, o espaço dos nossos encontros se alongava, porque surgiam dúvidas sobre a pertinência do que estava a fazer ou a escrita emperrava, aí estava o telefone a tocar. Era o Prof. Oliveira Marques a incutir-me ânimo e a dar-me força.

Tive pois o melhor orientador possível – sabedor do tema que orientava e oferecendo-me todo o estímulo que eu precisava. As nossas sessões de trabalho eram uma alegria. Primeiro trabalhávamos a sério e sem pausa, mas depois, depois vinha o tempo de conversarmos sobre tudo. Não sei o que mais me enriquecia, se o aprofundamento da história rural medieval ou o conhecimento dos meios, dos homens, das vivências que o Prof. tinha adquirido e comigo partilhava. Sempre gostei de conversar, melhor direi, de escutar um bom conversador. Oliveira Marques, na sua assumida urbanidade, sabe, como poucos, transmitir o que pensa e apreende. E assim fui-me aproximando sempre e mais de um Mestre, e admirando um Homem. Mestre que acompanhou todas as provas e concursos da minha carreira universitária até eu chegar em 1991 a Professora Catedrática. Homem que sempre fui considerando pela frontalidade e verticalidade por que pautou a sua vida. Para finalmente ter ganho um Amigo, com quem venho partilhando, os bons e maus momentos, há mais de três décadas.

* Conjunto de intervenções na *Biblioteca-Museu República e Resistência* (Lisboa), 2006 /12/11, em sessão de homenagem a A. H. de Oliveira Marques, na constituiu uma das suas últimas aparições em público.

Por isso foi-me muito grato participar na Homenagem que lhe foi feita em 1982 e mais ainda recebê-lo, no fim da sua carreira, em Coimbra, numa das suas últimas lições, e de ter coordenado, juntamente com o meu Colega Carvalho Homem, a obra *Na Jubilação Universitária de A. H. de Oliveira Marques*, onde se condensam estudos sobre a sua polifacetada vida e obra.

E depois deste registo mais pessoal, era sobre essa obra, sobremaneira como medievalista, que me queria fixar por uns momentos.

Oliveira Marques foi muito precoce na sua produção científica. E produziu obras maiores fora do tempo. Mas que, depois do tempo, vieram a ser consagradas.

Nomeado 1º Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, a 17 de Outubro de 1960, entregou, a 10 de Maio de 1962, como dissertação, já impressa, a introdução à *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, para concurso a professor extraordinário, concurso que, por vicissitudes políticas várias, nunca se realizou, acabando mesmo Oliveira Marques por abandonar a Faculdade e a função pública, a 17 de Novembro de 1964, rumando como docente para os Estados Unidos da América.

A *História da Agricultura* aborda, com detalhe, aspectos da produção, circulação e comercialização dos cereais. Nas condições de produção o estudo trata dos importantes vectores do clima, solo arável e mão-de-obra, nas áreas de produção analisa o solo cultivado, os cereais produzidos e o quantitativo da produção, para nos meios de produção se deter sobre as técnicas agrárias, as formas de propriedade e as formas de exploração agrária e a panificação. A análise da circulação e distribuição interna dos cereais leva o Autor a estudar celeiros e covas, a organização do comércio interno e as vias de comunicação, para depois se fixar na importação e exportação no âmbito do comércio externo e ainda a precisar as técnicas comerciais e os movimentos dos preços e dos consumos. Compreende-se bem que, dada a abrangência e variedade dos temas estudados, esta obra se tenha tornado modelo para os investigadores que à história agrária, e mesmo à história económica, se vieram a dedicar.

Mas o impacto desta magna obra, porque o seu Autor, como se disse, sempre esteve adiantado em relação ao seu tempo, só se sentiu verdadeiramente nas décadas de setenta e oitenta, nas teses de doutoramento sobre história rural que então se produziram. E a obra conta actualmente com três edições.

Dois anos depois, em 1964, saía à estampa o estudo *A Sociedade Medieval Portuguesa*, obra que já conhece quatro edições, para além de um tradução inglesa.

O autor demonstrava, nos inícios do seu labor historiográfico, uma inequívoca propensão para a valorização dos temas sociais. Mas Oliveira Marques estava algo só. Verdadeiramente apenas na década de 80, depois de alguns trabalhos mais profundos sobre a clerezia e nobreza, se deu relevo a todas as valências dos diversos estratos que compunham a sociedade medieval portuguesa e se incidiu sobre os aspectos do seu quotidiano de viver, sentir e morrer. Então a obra de Oliveira Marques *A Sociedade Medieval Portuguesa* torna-se “uma Bíblia”. Não se pode discorrer sobre as funções e os ritmos de trabalho do homem medieval, sobre as suas condições de habitabilidade, higiene ou saúde, sobre as suas manifestações exteriores de vestuário e mesa, sobre os seus afectos e crenças, sobre os seus valores culturais ou distrações ou sobre os seus modos de encarar a morte, sem recorrer a essa obra fundamental. Sempre, assim o cremos, este estudo será uma referência para quem se dedique à história medieval. Esta a característica maior da obra dos grandes Mestres.

Ainda no mesmo ano de 1964 saía a público um outro trabalho de profundo impacto na comunidade historiográfica dos medievistas. Trata-se do *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, já com três edições. Nenhum estudioso do período medieval terá deixado de consultar esta obra, roteiro de fontes e bibliografia, mas também incentivadora da investigação medievística, na proposta de novas sendas de pesquisa e métodos de trabalhos.

Ainda na década de 60 (1965), em que este autor deixou marca maior na historiografia medieval, a par das monografias já referidas, acrescentam-se-lhe ainda estudos fundamentais, constituindo comunicações a congressos ou artigos de revista, que vieram depois a englobar-se na obra *Ensaios de História Medieval Portuguesa*, abordando-se na maioria dos trabalhos, como era timbre da época, a história económica. Sem esquecer que, entre 1963 e 1971, escrevia mais de oitenta artigos para o *Dicionário de História de Portugal*, grande parte deles dedicados a temas medievais.

Mas, por contraponto, o saber de Oliveira Marques não fez apenas renovar a história rural, mas vivificar igualmente a história urbana. Esta talvez mesmo do maior gosto e interesse deste professor, um cidadão por excelência, ainda que não tenha publicado até agora o trabalho de fundo que sempre sonhou, pela muita investigação desenvolvida, sobre Lisboa medieval. Nesta temática prevalecem os seus estudos mais particularizados, primeiro apresentados sob a forma de comunicações e depois reunidos em obra conjunta, o seu magistério e a sua orientação de teses de Mestrado e Doutoramento. Na colectânea *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, que me é afectivamente muito cara, pois, em gesto único de um grande Mestre e Amigo, o Autor ma dedicou, reúnem-se onze estudos sobre história urbana.

São artigos produzidos entre 1981 e 1987, período durante o qual Oliveira Marques regia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do Mestrado em História Medieval, o Seminário sobre “Cidades Medievais”, do qual resultaram muitas teses sobre grandes ou pequenas vilas e cidades, bem como um precioso roteiro sobre vários centros urbanos de Portugal. À leccionação de Oliveira Marques nesses Seminários e à sua devotada entrega como orientador científico se ficam a dever dissertações de Mestrado ou Doutoramento que particularizam o tecido urbano de centros como Ponte de Lima, Chaves, Guarda, Aveiro, Tomar, Óbidos, Alenquer, Santarém, Abrantes, Sintra, Setúbal, Évora e Silves. E como fruto desse mesmo Seminário, no ano lectivo de 1986-87, sob a sua coordenação sai a lume o *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, que individualiza muitos centros urbanos espalhados pelas Comarcas de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve, alcançando mesmo a Madeira. Ainda uma vez mais, e inequivocamente, esta significativa e valiosa produção sobre a história se deve ao pioneirismo e entrega de Oliveira Marques no desbravar de novas facetas do passado medieval.

Do mesmo modo que, consciente de que a história só se pode construir sobre alicerces seguros, no Centro de Investigação que criou naquela mesma Faculdade, o Centro de Estudos Históricos, tem vindo a dirigir uma equipa, a qual com grande empenho e regularidade, publicou já vários volumes de *Chancelarias e Cortes Régias*, edição de fontes que prestam um relevante serviço a toda a comunidade científica em Portugal e mesmo no estrangeiro.

Mas sem tudo poder abarcar nestas breves palavras, salientemos ainda o espírito de síntese e divulgação de Oliveira Marques.

Este vasto saber condensou-se, de pronto, em amplas sínteses e, no ano de 1972, publicou o primeiro volume de uma *História de Portugal*, que pretendia dar a conhecer o passado pátrio no estrangeiro, sendo por isso a obra simultaneamente publicada em Lisboa, Londres e Nova York. Obra que marcou um tempo. Nenhuma outra História de Portugal havia saído depois daquela que é conhecida como a *História de Portugal* de Barcelos. E esta, como sempre límpida na escrita e clara na sua arquitectura, abria-se às temáticas económicas e sociais que então inovavam. Com sucessivos aumentos, pois que de um volume chegou a três, e alcançando mesmo a história do tempo presente, tem já treze edições. Mais, para além da versão inglesa e portuguesa, foi traduzida para francês, japonês, castelhano e polaco. E a partir dela Oliveira Marques elaborou uma *Breve História de Portugal* que conhece versões em francês, inglês, chinês, romeno, alemão e italiano.

Mas em matéria de sínteses o sonho era mais alto. Entre 1981-82 lança-se no projecto da na publicação da *Nova História de Portugal* e a *Nova História da Expansão Portuguesa*. Saíram da primeira oito volumes e da segunda dez volumes. E nos últimos anos muito do seu melhor tempo, do seu contínuo esforço, da sua denodada vontade foram investidos nesta empresa. Amor e dor, alegria e tristeza, lhe têm vindo deste projecto. Mas a obra aí está para servir os historiadores. A *Nova História* assume-se como uma síntese eminentemente didáctica e informativa, mas também muito actualizada. Face ao desenvolvimento dos diversos campos históricos e a um saber especializado, cada volume tem o seu coordenador e por dentro dele colaboram os investigadores que particularmente se têm dedicado às diferentes temáticas. Mas a superior orientação dos volumes é do Prof. Oliveira Marques. Escreveu sozinho um dos volumes, o quarto, que envolvia os séculos XIV e XV, coordenou outros e escreveu capítulos em muitos mais, por gosto ou por necessidade de suprir faltas.

Estou bem por dentro deste Projecto. Porque muitos dos nossos diálogos decorreram em torno das expectativas e dos desânimos que esta obra carrega. Mais objectivamente coordenei, juntamente com o meu Colega Carvalho Homem, o volume III da *Nova História*. E sei bem como essa coordenação foi árdua para concertar tempos, limites de páginas e escritas de doze colaboradores, melhor compreendendo o labor geral do Mestre. Mas foi-me muito grato partilhar mais esta vivência com o Prof. Oliveira Marques.

Quem escreve a uma só mão uma *História de Portugal*, como a que saiu em 1972, domina a história toda. Para além de que o medievalista Oliveira Marques é também o historiador especialista da I República ou da história da maçonaria. Por isso a obra *Na Jubilação Univeristária de A. H. de Oliveira Marques* foi construída na base de análises das diversas linhas fortes da sua vastíssima produção científica.

Na história da história dos séculos a haver o nome de Oliveira Marques ficará para sempre gravado. E a memória histórica de Portugal e dos Portugueses, ontem, como hoje ou amanhã, será conhecida em países europeus como a Espanha, a França, a Inglaterra, a Itália, a Alemanha, a Polónia e a Roménia ou transcontinentais como os Estados Unidos da América e Brasil, onde também ensinou durante alguns anos, e mesmo ainda na China e no Japão, graças ao labor de Oliveira Marques.

Nestas palavras ficaram traços de uma obra. Sobre Oliveira Marques, o cidadão comprometido com a sociedade e a política do seu tempo, a ponto de conhecer o exílio, ou o homem frontal e de vontade firme, apoiante de causas e ideais, outros falarão melhor do que eu.

Mas, acreditem, também todas essas vertentes do seu carácter eu conheço e admiro E até outras mais. Gostos de músicas, de dança e de cinema, gostos de saborear boas iguarias e bebidas, gostos de bem parecer e de bem estar, gostos de viajar, gostos de mimar certos animais... Mas o íntimo e pessoal é de cada um de nós. E esse guardo-os por dentro de mim, como a relíquia de uma dedicatória.

*Maria Helena de Cruz COELHO**

* Universidade de Coimbra.

2. A. H. de Oliveira Marques: homenagem

- Sr. Director da Biblioteca-Museu República e Resistência
- Sr. Doutor Oliveira Marques
- Srs. Doutores Maria Helena da Cruz Coelho e Fernando de Almeida Catroga, igualmente intervenientes nesta sessão
- Colegas, Amigos, Senhoras e Senhores:

Repetidamente tenho dito que, não tendo sido, no sentido *escolar* do termo, *aluno* de Oliveira Marques, o considero, no entanto, um dos Mestres que tive, um dos grandes responsáveis, além do mais, pela minha opção pela *História Medieval* quando, há cerca de três décadas e meia, houve que escolher tema para a tese de licenciatura, passo de carreira então existente nas Faculdades de Letras.

Tive o ensejo de frequentar a mais recente daquelas Escolas, a da UP, que na actual fase remonta a 1962. E acontece que iniciei o meu percurso discente pouco depois de alguns dos mais altamente classificados dos primeiros licenciados da Escola terem nela iniciado funções como Assistentes. Não estava nas tradições daquela juvenil Casa de jovens Mestres qualquer *censura* bibliográfica: citavam-se estrangeiros de perfil ideológico que alhures seria considerado, no mínimo, *suspeito*, de Proudhon a Max Weber, a Émile Dürkheim ou a Werner Sombart ou até (por *insólito* que hoje possa parecer...) ao *Manifesto* de Marx / Engels nas Ciências Sociais; e de Marc Bloch a Edward R. Palmer, a Earl J. Hamilton, a Georges Lefebvre, a Albert Soboul ou a Jacques Godechot, entre muitos outros, na Historiografia; e entre os nacionais podiam citar-se Mestres assumidamente desafectos ao Regime (caso de Luís de Albuquerque), historiadores que nunca foram professores universitários em Portugal (caso de José-Gentil da Silva) ou só mais tarde o vieram a ser (como Joel Serrão), ou então se que encontravam ao tempo banidos do Ensino Superior do nosso País (casos de Magalhães Godinho e de Oliveira Marques). Foi pois assim, Sr.^{as} e Srs., que no ano lectivo de 1969/70 (o 2.º da licenciatura) pela primeira vez ouvi falar de ANTÓNIO HENRIQUE RODRIGO DE OLIVEIRA MARQUES, e logo em duas disciplinas: *História Medieval de Portugal* e *História da Expansão Portuguesa*.

A primeira, com esta designação que 1 ano antes substituíra a preexistente *História de Portugal I*, era ao tempo regida por um S. antigo aluno na FL/UL, que depois não seguiria carreira na Escola, ficando antes conhecido como longo autarca, concretamente no município da Maia. Refiro-me ao já desaparecido Dr. José Vieira de Carvalho (1938-2002), que, faço questão de salientar, antes dessa sua *viragem* para a política autárquica, foi indiscutivelmente um docente com méritos. Citou-nos o *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa* (de que corria a 1.ª ed.: 1964), *A Sociedade Medieval Portuguesa* (também em 1.ª ed. – 1964 – mas aparecendo a 2.ª logo em 1971) e os *Ensaios de História Medieval* (também em 1.ª ed.: 1965).

A segunda das mencionadas disciplinas tinha dois responsáveis: o Doutor Luís António de Oliveira Ramos – também lic.º pela FL/UL e aí tendo iniciado carreira em 1962 – e o Doutor Eugénio dos Santos; ambos fizeram carreira na Casa, estando o primeiro hoje aposentado depois de, entre outras coisas, ter sido, nos anos 80, Reitor da UP; e o segundo é o actual decano do Departamento de *História* e jubilar-se-á dentro de meses. Os dois incluíam na Bibliografia da disciplina em causa a recente 2.ª ed. (1968) da *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*. Posso dizer que, de entre as Obras de Oliveira Marques, foi esta então a mais decisiva em termos de influência exercida: pela simples razão de que, estando eu ao tempo particularmente motivado pela História Económica – sobretudo Rural —, via aquele livro abordar à nossa dimensão problemáticas que, em termos europeus ocidentais, eu encontrava tratados tal como nas Obras de um Marc Bloch, de um Michael M. Postan, de

um Bernard H. Slicher van Bath, de um Édouard Perroy, de um Georges Duby, de um Robert Fossier ou de um Guy Fourquin, entre outros que, no mesmo ano, me foram referidos em *História da Idade Média*.

Acasos de escolha de tema acabaram por me conduzir não à História Rural da nossa Idade Média, mas antes à Diplomática Régia e à História dos Poderes. Mas Oliveira Marques – longos anos regente de *Paleografia* na FL/UL (1957-1964), autor da entrada «Diplomática» do *Dicionário de História de Portugal* (1963) e co-autor de um *Álbum de Paleografia* (1987), recorde-se – permaneceu-me como essencial referência da nossa Historiografia. Só o conheci pessoalmente em Maio de 1974, por ocasião de uma conferência sobre Teófilo Braga que foi proferir numa Casa de nobres tradições intelectuais e cívicas como o Ateneu Comercial do Porto. Uma relação cordial se foi estabelecendo e, pela minha parte, de grande admiração, já não só pelo Intelectual, como pelo Cidadão e pela Individualidade, frontal sempre que indispensável: fosse na FL/UL nos anos 50 e 60; na Biblioteca Nacional, de que foi Director, nos *idos* de 74 e 75; ou na FCSH/UNL, que ajudou a fundar e que em mais de um momento dirigiu, dos anos 70 aos anos 90; para já não falar de inúmeras entrevistas que foi dando ao longo da sua carreira e que em mais que uma circunstância acabaram por ficar registadas em livro.

Para além de tudo isto, Oliveira Marques acabou por estar presente em praticamente todos os passos do meu percurso académico:

- a) Foi membro do júri das minhas provas de doutoramento (1985) e arguente da tese;
- b) pertenceu ao júri do meu concurso para professor associado (1989) e foi relator do CV;
- c) esteve no júri das minhas provas de agregação (1994) e arguiu o meu currículo;
- d) e apenas ponderosas razões de saúde o impediram de integrar, em 1997/98, o júri do meu concurso para professor catedrático.

Da admiração de um jovem estudante e depois assistente por um Mestre consagrado se foi evoluindo para a estima recíproca entre *dois oficiais do mesmo ofício* e da mesma família intelectual e cívica, ainda que pertencendo a gerações diferentes: 17 anos nos separam etariamente. Com toda a lógica colaborei nos dois volumes miscelânicos que em 1982 assinalaram os seus 25 anos de vida universitária; e ajudei a coordenar (com Maria Helena Coelho) o livro que em 2003 marcou a sua jubilação e onde, para além do percurso biográfico, se traçou o perfil do medievista, do paleógrafo e diplomata, do estudioso da nossa Expansão, das relações luso-alemãs, da Maçonaria, da I República, do autor de obras de síntese, do coordenador de realizações colectivas, do Historiador da Historiografia ou, finalmente, do filatelista e estudioso da História da *franquia postal*, e de salientar que nesta Obra colaboraram dois Colegas espanhóis e um alemão.

Quando conhecemos e admiramos Alguém há bastante tempo – 32 anos, como é o meu caso para com Oliveira Marques –, poderemos às vezes julgar já saber tudo sobre a Pessoa em causa e sobre os seu *modus agendi* na vida pessoal, profissional e cívica. Mas às vezes surgem surpresas, como quando alguma fonte até então inédita nos confirma o retrato daquele que admiramos com umas cores particularmente vivas. A que quero referir-me? O lente (jubilado) de *Literatura Latina* da FL/UL e antigo *leader* da CAP, deputado e eurodeputado Doutor Raul Miguel Oliveira Rosado Fernandes publicou há meses um volume intitulado *Memórias de um Rústico Erudito. Viagem à volta de lentes, terras e políticos*¹. Apesar de

¹ Lisboa, Edições Cotovia, 2006.

ideologicamente distante, num sentido acentuadamente conservador, como já veremos, foi – e julgo que continua a ser – Amigo de Oliveira Marques, de quem foi também Colega na FL/UL nas décadas de 50 e de 60 (é alguns anos mais jovem); e refere-se-lhe a dado passo com muita simpatia:

«Fui colega (...) de Oliveira Marques, discípulo de Kellenbenz, então em Würzburg, e que, como historiador medieval, abriu muitos caminhos para a compreensão da historiografia portuguesa. Fora sempre extremamente dotado, primeiro em Filatelia, imagine-se !; era metódico, com as ideias arrumadas e tinha uma capacidade de análise que, quando longe da paixão ideológica ou corporativo-maçônica [sic], era de uma imparcialidade digna de respeito. Veio a ser vítima das más vontades que se levantaram à sua volta, que lhe espiolharam a vida privada, e que por motivos ditos políticos, o levaram a ter de ir ensinar para Auburn, no Alabama»².

Ora, tal como Oliveira Marques, também Rosado Fernandes, anos depois, em 1968, já doutorado, teve um grave dissabor profissional que lhe ditaria uma interrupção de 4 anos de exercício na FL/UL. No ano em causa, ao regressar de uma estadia de 3 anos como professor visitante numa Universidade norte-americana, nos termos de um protocolo que envolveu a dita Universidade, a UL e a Gulbenkian, e depois de a pessoa de quem academicamente dependia – um lente de *Filologia Clássica* (1.º Grupo das Facs. Letras) que era ao tempo o único catedrático do dito Grupo na FL/UL – começar a não responder às suas cartas, viu rescindido o contrato como 1.º assistente da ALMA MATER, isto por decisão do Conselho Escolar; a justificação era a prolongada ausência do País num Grupo com falta de docentes; e quem propôs tal coisa soube aproveitar uma ausência de Lisboa de Orlando Ribeiro e de Lindley Cintra – que supostamente apoiariam a eventual vítima – e da solidariedade de alguém que não perdoava a Rosado Fernandes a sua própria solidariedade com Oliveira Marques em 1964³. Espantosamente, o Reitor da UL – um físico de renome – despachou sem mais, sem ouvir o atingido e esquecendo que a Reitoria tinha responsabilidades no ‘crime’, a estadia nos EUA por 3 anos e não por apenas 1, como inicialmente previsto!

Os absurdos da *estória* não ficam por aqui: o referido lente classicista reclamava-se de laico, desafecto ao Regime vigente e (pasmai, Srs. !) admirador de Afonso Costa !!!! Sem embargo, e independentemente dos seus méritos intelectuais, esteve sempre com as facções mais conservadoras e retrógradas da Universidade portuguesa. E era uma «fera», no trato com alunos e assistentes. Na década de 40 ensinara na FL/UC, de onde regressou em 1952. Não sei o que por lá se terá passado, mas o que sei é que não mais esta Escola o convidou para júris...

É claro que Rosado Fernandes teve solidariedades: as esperadas de Lindley Cintra e de Orlando Ribeiro (que numa carta de 1967 se refere ao lente classicista como «o Bola de Unto») e também a de Oliveira Marques: numa carta expedida de Gainesville (Florida), onde então ensinava, este último escreve, em Março de 1968:

«Dizes-me que tencionas lutar... Não o faças ! Em primeiro lugar, não vale a pena. Sempre que um catedrático se alça contra um assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e lhe retira a sua “graça e mercê”, o assistente está liquidado e não volta, pelo menos até que o catedrático morra ou se reforme. Exemplos entre muitos: Saraiva contra Nemésio, Godinho contra Heleno⁴, eu contra Rau, Irisalva contra Heleno, Morais Barbosa contra Cintra. Coimbra, se te desse qualquer apoio, seria apenas até determinado

² *Op. cit.* na n. anterior, p. 87.

³ *Op. cit.* nas nn. anteriores, pp. 162-163.

⁴ Sobre este caso concreto vejam-se as duas cartas de Vitorino Magalhães Godinho transcritas em *Anexo*.

*limite, porque para eles (como para os de Lisboa) acima de tudo está o respeito total, absoluto, pela hierarquia e pelo status quo. Sobre isso nunca nos devemos enganar*⁵.

Como argumentação e como segurança de fundamentação esta passagem é de antologia! E atenção, Sr.^{as} e Srs., quem escreve não é nenhum *velho mal-humorado*, é um jovem universitário de apenas 34 anos, mas já com 11 de experiência profissional e quase 8 decorridos sobre o seu doutoramento.

Oliveira Marques era assim! Oliveira Marques é assim! E «que nunca as mãos lhe doam», agora mormente pela escrita, neste chamar «os bois pelos nomes» quando as circunstâncias o exijam. A admiração extreme dos seus amigos indefectíveis pode passar também pelo conhecimento de tomadas de posição como esta, face aos «Bolas d'Unto» que ainda subsistam, na Universidade e na Vida Cultural portuguesa.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2006

Armando Luís de Carvalho HOMEM

Anexo ao texto 2.

Duas cartas de Vitorino Magalhães Godinho

1.

2007 Janeiro 29 s.l. [Lisboa] – *Vitorino Magalhães Godinho escreve ao autor, a propósito das circunstâncias da denúncia do seu contrato pela Fac. Letras / UL (1944). O blog referido é o <http://guitarrade.coimbra.blogspot.com>, onde estes textos inicialmente foram publicados.*

Caro Amigo

No seu blog sobre Oliveira Marques transcreve uma passagem de uma carta dele a Rosado Fernandes, que este publicou nas suas *Memórias*.

Acontece que a referência que me respeita está errada, e o erro mancha um professor que sempre esteve do meu lado, Manuel Heleno.

Considero importante corrigir o erro, pois está em causa o bom nome de uma pessoa.

Por isso envio-lhe cópia da carta que enviei a Rosado Fernandes, esperando que no blog se faça a devida correcção.

Com os meus cumprimentos para sua Esposa, cordiais saudações do

a) VITORINO MAGALHÃES GODINHO

⁵ A. H. de Oliveira MARQUES, carta a Raul M. Rosado Fernandes, publ. em *Op. cit.* nas nn. anteriores, pp. 164-165. «O Bola de Unto» aposentou-se prematuramente em 1970, por motivos de saúde. Em 1972 a UL abriu concurso para vagas de professor extraordinário de *Filologia Clássica*. Rosado Fernandes candidatou-se e foi aprovado («... até que o catedrático morra ou se reforme», escrevera Oliveira Marques...). Atingiu a cátedra em Dezembro de 1974. Foi Reitor da UL – o último de nomeação ministerial – de 1979 a 1983. O seu sucessor – o 1.º eleito na UL desde a I República – foi o Doutor José Manuel Gião Toscano Rico (lente de Medicina, Reitor 1983-1986).

29-01-2007

2.

S.d. [2007 Janeiro] s.l. [Lisboa] – *Vitorino Magalhães Godinho escreve a Raul Rosado Fernandes, a propósito das circunstâncias da denúncia do seu contrato pela Fac. Letras / UL (1944). O Doutor Manuel Domingues Heleno Júnior, referido em ambos os documentos, viveu entre 1894 e 1970, ensinando na FL/UL de 1923 a 1964, como lente do 4.º Grupo (História); foi Secretário (1934-1939) e Director (1958-1959 e 1959-1964) da Escola*⁶. Cópia do original dactiloscrito.

Vitorino Magalhães Godinho
Rua D. Estefânia 118 – 3.º Esq
1000-158 Lisboa

Ao Prof. Doutor Raul Rosado Fernandes

Caro Rosado Fernandes

Nas *Memórias de um rústico erudito* denuncia o costume, na Universidade de Lisboa, nos anos 50 e 60 do século passado, de se protelarem as provas de doutoramento para que, ultrapassado o prazo, o candidato fôsse obrigado a abandonar a docência, «sempre que os catedráticos se entretinham a praticar o tiro aos assistentes.» (p. 106). Mais adiante transcreve um trecho de uma carta de Oliveira Marques, escrita dos Estados Unidos em Março de 1968, onde se referem cassos desta prepotência: «Sempre que um catedrático se alça contra um assistente na Faculdade de Letras de Lisboa e lhe retira a sua “graça e mercê”, o assistente está liquidado e não volta, pelo menos até que o catedrático morra ou se reforme. Exemplos entre muitos: Saraiva contra Nemésio, Godinho contra Heleno, eu contra Rau, Irisalva contra Heleno, Morais Barbosa contra Cintra.»

Não era, infelizmente, o único defeito do ensino universitário. Mas o meu caso não se insere neste quadro. Nunca se deu qualquer conflito, nem sequer atrito, entre mim e o Prof. Manuel Heleno (como, aliás, com qualquer outro catedrático); e isto embora por vezes dele discordasse, e nem sempre aceitasse as nomeações para júris de exames (escusa ditada por não me considerar habilitado nas matérias em causa). Pude mesmo realizar uma pequena “revolução” na História dos Descobrimentos, largamente aceite lá fóra e também pelos nossos historiadores, conquanto suscitasse raios e coriscos das entidades do regime. Quando o Conselho escolar deliberou não renovar o meu contrato como professor extraordinário, Manuel Heleno foi o único a votar a meu favor (Hernâni Cidade não compareceu; do Conselho faziam parte dois ou três professores que... para quê lembrar quem eram ?)

Caso de contornos totalmente políticos. Pretendia-se submeter as minhas aulas a fiscalização e inserir tal cláusula no contrato; submissamente, o Conselho aprovou (com o voto contrário de Manuel Heleno). Nesse dia um jornal da manhã deu a notícia de que o Conselho da Faculdade votara retirar a proposta do meu contrato – ora a reunião só se realizou às 11 h ... Houve protestos da parte dos estudantes – uma das primeiras manifestações políticas em que participaram nomes que viriam a ser de dirigentes; a resposta do

⁶ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – «Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)», texto elaborado no final dos anos 50, ed. em 1970 e reed. in IDEM – *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, pp. 123-198, *maxime* 164, 165, 183, 184, 185, 186, 193, 196 *et passim*.

Director da Faculdade⁷, reconhecendo a perda que era a minha saída, corrobora o carácter político da decisão, imposta por entidades superiores. Os documentos foram publicados na *Seara Nova*. Mesmo depois, estando eu em França, o Prof. Heleno me escreveu, incitando-me a apressar o doutoramento, pois me queria de volta à Faculdade. É de elementar justiça que fique esclarecida a sua actuação neste caso.

Com as lembranças cordiais de

a) VITORINO MAGALHÃES GODINHO

⁷Tratava-se do Doutor José Joaquim de Oliveira Guimarães (1877-1960), antigo lente de Teologia (1902-1911) e depois de Letras (1911-1938) da UC; transferido para a FL/UL em 1938, nesta última Escola ensinou *Pedagogia e Didáctica* (do Curso de *Ciências Pedagógicas*) e assumiu o cargo de Director (1940), exercendo-o até à jubilação (1947). Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.) – *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbricensis, 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade, 1992, pp. 22 e 73-74; e MARQUES, A. H. de Oliveira – «Art. cit.» na n. anterior, pp. 164 e 192.

Na entrega da *Medalha de Ouro* da FL/UP aos Professores Doutor Cândido dos Santos
Doutor Eugénio Francisco dos Santos e Doutor Francisco Ribeiro da Silva*

- Magn.º Reitor
- Srs. Vice-Reitores
- Sr. Director
- Sr. Presidente do Conselho Pedagógico
- Sr. Presidente da Assembleia de Representantes
- Sr.ª Presidente do DHEPI
- Srs. Professores hoje homenageados
- Restantes Colegas
- Caros Estudantes
- Srs. Funcionários
- Senhoras e Senhores

Com a recente jubilação do Prof. Doutor Eugénio dos Santos e, logo a seguir, com o pedido de aposentação do Prof. Doutor Aurélio de Oliveira, tornei-me, aos 56 anos, no mais antigo docente em exercício no *Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais* desta Casa, situação que, embora compreensível, me não é propriamente cómoda; para além de não facilmente previsível até há relativamente pouco tempo: se, por hipótese, alguém me antevisse tal coisa quando, há 9 anos, atingi o topo da carreira, a minha reacção teria sido de incredulidade, tendo até em conta a **idade** dos Mestres ultimamente separados do Serviço.

Concretizando. De 1996 para cá perdeu a nossa Subunidade Orgânica – inicialmente 4.º Grupo da Faculdade de Letras, depois Departamento de *História*, hoje DHEPI – perdeu, repito, o concurso de 13 dos seus docentes, acrescidos de mais 3 que nos últimos anos de Serviço pertenceram ao–*Departamento de Ciências e Técnicas do Património* (DCTP). Três partiram prematuramente do nosso convívio: os Profs. Carlos Alberto Ferreira de Almeida – em circunstâncias particularmente trágicas –, Henrique David e Armindo de Sousa; a todos saudosamente recordo; outros três por jubilação: os Profs. João Francisco Marques, Cândido dos Santos e Eugénio dos Santos, a que se acrescentarão mais dois, ultimamente pertencendo ao DCTP, os Profs. António Cardoso Pinheiro de Carvalho e Geraldo Coelho Dias. Os oito restantes saíram em situação de aposentação por tempo de serviço. E se, destes últimos, dois atingiram entretanto o chamado «limite de idade» – concretamente os Profs. Francisco Fortunato Queirós e Humberto Baquero Moreno –, os 6 restantes encontram-se ainda **para cá** – e por vezes **muito para cá** – desse inexorável **limite**:

• Assim, o Prof. José Marques (nos últimos anos também do DCTP) só no próximo Verão atingirá tal idade, enquanto que ao Prof. Luís de Oliveira Ramos ainda faltam 2 anos, ao Prof. Francisco Ribeiro da Silva 3, ao Prof. Fernando de Sousa 5, ao Prof. Aurélio de Oliveira 7 e ao Prof. Luís Adão da Fonseca 8...

* Intervenção na sessão solene ocorrida na FL/UP em 2007/05/20.

Seria por certo um bom motivo para reflectir, isto de um número significativo de Colegas, às vezes mal entrados na casa dos 60, gozando nas mais das vezes de boa saúde, continuando não raro a trabalhar noutras actividades e, talvez acima de tudo, continuando a produzir Obra escrita, deixar tão cedo o serviço efectivo na Universidade a que todos deram o seu melhor... Seria... se não tivéssemos em conta as incertezas da conjuntura e do mais que adiante se verá, com as interrogações que se colocam para a próxima década em matéria de Segurança Social, pensões de Reforma, *and so on...*

Situação assim compreensível, por muito negativa e ilógica que se apresente. E que leva a que os que, como eu, se mantêm *a bordo da embarcação*, formulem o voto de saber ser dignos de quantos os precederam.

- Magn.º Reitor,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores

Dos três homenageados de hoje, foi o Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos aquele que primeiro conheci em contexto universitário. Corria o Outono de 1968, e acabava eu de ingressar no 1.º ano da licenciatura em *História*; ingressara também no Orfeão Universitário do Porto (OUP), e foi justamente aí que travei conhecimento com um dos elementos mais sólidos do naipe de *barítonos*, já antigo no Organismo, a que pertencia desde 1962, tendo no ano anterior exercido o cargo de Presidente da Direcção (um dos vogais foi o Prof. Doutor Aurélio de Oliveira), justamente no ano em que o OUP pela primeira vez se deslocou, em digressão, aos Estados Unidos da América. Foi um Presidente diferente de uma Direcção diferente, e por isso o seu desempenho nem sempre terá sido apreciado por um certo tipo de *aparelho interno* que muitas instituições possuem. No Verão do ano seguinte (Agosto / Setembro de 1969) participou pela última vez numa actividade orfeónica, mas numa situação diversa: coube-lhe, como assistente universitário que já era¹, representar o Reitor Manuel Corrêa de Barros na digressão do OUP a Angola, Moçambique e África do Sul.

Voltando um pouco atrás, nos finais de 1968 estava o Doutor Eugénio dos Santos a iniciar a sua docência nesta Casa, de que fora meses antes um dos primeiros licenciados; e era agora, entre esses primeiros diplomados, um dos que tinham acesso ao Ensino na sua ALMA MATER. No ano de 1968/69 prestou já serviço em duas disciplinas a que permaneceria ligado com alguma detença: a *História da Expansão Portuguesa* e a *História da Educação* (do antigo Curso de *Ciências Pedagógicas*). Nas aulas práticas da primeira destas disciplinas fui pela primeira vez seu aluno em 1969/70, o meu 2.º ano. A *História da Expansão* era marcante na licenciatura. Regida pelo então também jovem assistente Dr. Luís de Oliveira Ramos, o ensino deste último, desde *ca.* 1964, cedo concretizara uma unidade didáctica exigente e com um programa em pleno sintonizado com o que de mais recente e interpelante fora aportado pela nossa Historiografia: Sérgio, Cortesão, Magalhães Godinho, Luís de Albuquerque, Oliveira Marques ou o brasileiro Manuel Nunes Dias, por exemplo, eram apenas alguns dos numerosos nomes constando da *Bibliografia*. Por outro lado, face a uma disciplina de *História de Portugal I* que durante alguns anos tivera um programa que, a jusante, mal ultrapassava o Condado Portucalense, a *História da Expansão*, tal como ministrada por Oliveira Ramos e Eugénio dos Santos, corporizava afinal a mais desenvolvida abordagem da Idade Média portuguesa ao longo da licenciatura, mediante o estudo do litoral, das actividades marítimas, do comércio externo, do «dossier» historiográfico em torno de Ceuta, do Norte de África e do Atlântico ou dos rumos do nosso processo descobrimentista ao longo de Quatrocentos. Enfim, uma *cadeira-chave*,

¹ Fizera acto de licenciatura no ano anterior, com a tese E. SANTOS, 1968.

tendo até em conta, pessoalmente, as minhas ultiores escolhas; uma cadeira que, a mim e aos meus condiscípulos, definitivamente comprovou que o tempo dos apontamentos policopiados (vulgo *sebentas*) – ainda assim com limitada tradição na Casa – passara e que a conjuntura ia antes de feição ao compulsar de livros muitos e variados.

Por esses anos – e até 1975 – o Doutor Eugénio regeria ainda, ocasionalmente, *História da Civilização Romana* e *História da Idade Média* e, sobretudo, e a partir de 1972, *Teoria da História*, disciplina cuja complexidade seria agora redundante salientar; mas interessará dizer que foi o primeiro Mestre formado pela Casa a regê-la, e que pela sua mão o nome de Paul Veyne terá sido pela primeira vez referido em aulas.

Depois viriam os anos parisienses, o magistério de Jean Delumeau na elaboração da tese sobre os Oratorianos no Norte de Portugal, as provas doutorais no Outono de 1977² e o chegar ao topo da carreira nos alvares da nova década. E, daí para cá, mais de um quarto de século de exercício como professor catedrático, os numerosos mestrandos e doutorandos que orientou, os muitos e diversificados serviços prestados à Instituição onde, como ninguém, soube «criar um espaço de humanidade» (palavras do Sr. Director ao encerrar, em 8 de Março último, as provas de agregação da Doutora Maria Cristina Cunha, último júri em que o Doutor Eugénio participou), o constante intercâmbio com o Brasil³ ou a inquebrável dinamização de eventos desportivos e conviviais. Em suma, alguém que deixa o Serviço Efectivo depois de o ter exercido de forma abrangente; um Professor que, manifestamente, **gostou de o ser**.

Prosseguindo...

Também o Prof. Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos integrou em 1962 o primeiro Curso de *História* desta Casa. Mas 1 ano de bolseiro em Roma pelos meados da década atrasou-o em relação aos Colegas de Curso, vindo a licenciar-se em 1969 – com uma tese sobre a diocese do Porto nas vésperas do Concílio de Trento⁴ – e a integrar o Corpo Docente em 1969/70. Para além de duas disciplinas semestrais do 1.º ano então votadas à História da Antiguidade – a *História da Antiguidade Oriental* e a *História da Civilização Grega*, muitas vezes entregues ao assistente mais novo acabado de ingressar –, o Doutor Cândido dos Santos marcou sobretudo, até meados da década de 70, o ensino da *História Moderna e Contemporânea* e da *História Moderna e Contemporânea de Portugal* e ainda de uma das linhas do *Seminário de História de Portugal*, do 5.º ano. Fui seu aluno na primeira das mencionadas disciplinas, em 1970/71. E foi outra das cadeiras que decisivamente marcaram o meu percurso. Face à extensão potencial do programa, o Doutor Cândido dos Santos assumiu à partida uma opção: dividir o ano lectivo, informalmente, em semestres; de Novembro a Fevereiro ministrar alguns temas fulcrais de *História Moderna*, e de Março a Maio fazer outro tanto em *História Contemporânea*. Tive a honra de integrar uma equipa de 5 pessoas encarregada de editar uma antologia bibliográfica de apoio à disciplina (um dos meus Colegas foi o já mencionado Doutor António Cardoso Pinheiro de Carvalho). E daí o ter guardado viva memória de um Curso onde sucessivamente nos foram ministradas problemáticas como as origens da monarquia absoluta, o grande comércio internacional do século XVI, os caminhos fundamentais da Reforma protestante e da Reforma católica, a Revolução Francesa enquanto processo «ocidental» e «atlântico», a primeira «Revolução Industrial», o emergir da «questão social» e as saídas propostas pelos socialismos utópico e científico. Nas aulas práticas, um universo de textos para ler e comentar, de Maquiavel a Thomas Morus, a Erasmo, a

² Tese (publ.): E. SANTOS, 1982.

³ A este respeito, a sua biografia de D. Pedro IV (E. SANTOS, 2006) é significativa no seio dos seus trabalhos recentes.

⁴ C. SANTOS, 1973.

Thomas Hobbes, a John Locke, a Rousseau, a Proudhon, a... Marx / Engels (por muito insólitos que estes dois últimos autores nos possam parecer, considerando que nos encontrávamos nos alvares da década de 70). E um mundo bibliográfico que ia de Max Weber, Paul Mantoux ou Werner Sombart, a Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Earl J. Hamilton, Roland Mousnier, Jean Delumeau, Frédéric Mauro, Pierre Chaunu, Claude Fohlen, Edward R. Palmer, Georges Lefebvre, Jacques Godechot, Albert Soboul e outros ainda. Julgo que não será necessário acrescentar mais nada, porque o que evoquei é suficiente para ilustrar o quão marcante esta disciplina então foi para os estudantes de *História* da Casa.

Direi também que, nesses anos, o Doutor Cândido dos Santos iniciou uma linha de *Demografia Histórica* nos *Seminários* do 5.º ano, tendo orientado múltiplas teses de licenciatura; a problemática em causa seria entretanto uma das vertentes da sua própria Obra, culminando no trabalho complementar de doutoramento, sobre a Demografia portuguesa em tempo de «Antigo Regime»⁵.

Também os anos de 1975 a 1977 foram tempo de bolseiro em Paris, preparando com Jean Delumeau a tese doutoral sobre a Ordem dos Jerónimos; prestou as suas provas em Novembro de 1977⁶ e atingiu a cátedra em 1981.

Nos anos de 1980 a 1983 desempenhou cargos como o de Vice-Presidente do Conselho Científico e o de Presidente do Conselho Directivo, este último em delicada e fracturante conjuntura da Escola, mas em que soube agir com isenção e frontalidade. De 1985 a 1998 seria Vice-Reitor da UP, na totalidade dos mandatos reitorais do lente de *Química* Doutor Alberto Manuel Sampaio e Castro Amaral. Dois pontos me parecem de salientar no desempenho do Vice-Reitor Cândido dos Santos:

a) Em primeiro lugar, a disponibilidade para o Corpo Docente da sua Escola, de que tinha, na Reitoria, o *pelouro*. Julgo que nenhum Colega poderá dizer que, tendo procurado o Vice-Reitor para resolver qualquer assunto premente, deixou de ser atendido, se não no próprio dia, pelo menos no ou nos imediatamente subsequentes. O que só mostra que o Prof. Doutor Cândido dos Santos, por trás de uma aparência fria e até austera, é na realidade detentor de um fundo de *humanidade* como se não encontra todos os dias.

b) Mas, e em segundo lugar, não se pense que o Vice-Reitor Cândido dos Santos se deixou *submergir* pela burocracia nos 13 anos em que esteve no exercício do cargo: a verdade é que o historiador nunca desapareceu, e os anos 80 e 90 acabaram por revelá-lo pioneiro de uma «nova História» do *Studium Generale* português – de artigos pontuais celebrando qualquer efeméride (v.g. os 75 anos da UP em 1986, o Centenário da primeiras médicas portuguesas em 1991⁷ ou o bicentenário da Academia Real da Marinha e do Comércio, já em 2003) ao volume *Universidade do Porto: Raízes e Memória da Instituição*⁸, saído em 1996 e contando já reimpressões e uma versão inglesa.

Em 1998, a cessação de funções na equipa reitoral cedo permitiu verificar que o modernista sólido e erudito continuara e continuaria activo: pouco depois foi dada à estampa uma recolha de artigos sobre História Cultural e Religiosa da Época Moderna⁹; há dois anos ofereceu-nos o Doutor Cândido dos

⁵ Publ.: C. SANTOS, 1978.

⁶ Tese (publ.): C. SANTOS, 1980/1996; sobre os Jerónimos veja-se também o seu livro-síntese SANTOS, 1984.

⁷ C. SANTOS, 1991.

⁸ C. SANTOS, 1997.

⁹ C. SANTOS, 1998.

Santos um sólido livro sobre a vida, o tempo, a obra do P^e António Pereira de Figueiredo¹⁰, autor que desde os anos 60 merecia a sua atenção, sendo pois este volumoso trabalho que o versa de algum modo «a Obra da S. vida», como me disse em finais de 2005, em troca de impressões de que por certo não se importará que reproduza este passo; e outro volume se anuncia para breve, versando o Jansenismo em Portugal¹¹. Para os próximos tempos, e entre outros projectos que certamente desenvolve, a participação numa história dos Reitores portuenses, uma iniciativa acarinhada pelo Prof. Ribeiro da Silva, como veremos dentro de instantes.

Enfim, um historiador normalmente longe das *multidões* e dos *holofotes*, mas não propriamente longe dos seus Colegas no ofício que, à sua maneira discreta, tanto tem prestigiado.

Prosseguindo, de novo...

«*The last but not the least*»...

Dos três Mestres hoje homenageados, o que conheço há mais tempo é o Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva: desde 1963, sendo ele professor e eu aluno do Liceu de Alexandre Herculano, nesta Cidade; muito antes, portanto, de qualquer de nós chegar a esta Casa. Tempos de Vaticano II, tempos de *diálogo*, tempos de *Primavera* (como foi o advento do Executivo de Marcello Caetano), esses anos 60, para além de um Bom Amigo, trouxeram-me o conhecimento de uma personalidade calorosa, actual, trabalhadora, incessantemente enriquecedora da sua preparação cultural, *um Homem de causas*, em suma. Apenas em 1 ano diferimos no chegar à escolaridade nesta Casa: eu em 1968, como disse, ele em 1969. Mas a circunstância de a breve trecho ter sido chamado ao Serviço Militar, começando a realizar exames no regime específico ao tempo existente, logo nos aproximou ainda mais. E só uma Comissão militar de 2 anos em Angola acabaria por diferir o termo de licenciatura para 1975 e o início de funções docentes na Casa para a Primavera do ano seguinte.

Seguir-se-iam mais de 30 anos de exercício docente; que, no nosso caso, foram também de *vizinhança intelectual*. De alguma maneira se pode dizer que, embora de diferentes gerações biológicas, a geração académica que nesta Casa incluiu o Doutor Ribeiro da Silva em *História Moderna* e o Doutor Armindo de Sousa e eu próprio em *História Medieval* corporizou uma erudição redescobridora do *político* enquanto *História Social das Instituições e dos Poderes*. Comprobativos do que afirmo, quanto ao Doutor Ribeiro da Silva? A sua incontornável tese doutoral sobre o Porto no período filipino (1986)¹²; a revisão da problemática da revolta portuense de 1757¹³; a análise das interrelações de poderes num contexto de «monarquia absoluta», de que um dos exemplos mais acabados estará na lição-síntese em provas de agregação (1993)¹⁴. Cumulativamente, apontem-se o capítulo sobre os Tempos Modernos na colectiva *História do Porto*, dir. Luís de Oliveira Ramos, 1.^a ed. 1994, com reeds.¹⁵; os abrangentes estudos sobre a alfabetização em sociedades de «Ancien Régime»¹⁶; as muitas páginas e textos que consagrou à viticultura duriense e ao vinho do Porto, em parte no quadro de uma Unidade de I&D criada nesta Casa na década de 90¹⁷; e a significativa internacionalização das suas pesquisas e dos seus trabalhos. No momento presente coordena o Doutor Ribeiro da Silva um volume em projecto que constituirá uma História dos Reitores da UP, de

¹⁰ C. SANTOS, 2005.

¹¹ C. SANTOS, 2007.

¹² Publ.: SILVA, 1988.

¹³ SILVA, 1990a.

¹⁴ SILVA, 1993.

¹⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – «Tempos Modernos», in RAMOS [Dir.], 1994: 254-375.

¹⁶ V. g. o trabalho complementar de doutoramento, SILVA, 1986.

¹⁷ V. g. SILVA, 1990b.

Gomes Teixeira à actualidade, dando assim corpo e sequência a uma Historiografia incidente sobre este quase centenário agrupamento de Escolas. Pode ainda dizer-se, que sobre todas as matérias que investigou, o Doutor Ribeiro da Silva ensinou, dirigiu teses, criou posteridade.

E acrescente-se por último que o Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva deixou o Serviço activo no mesmo dia em que cessou funções como Vice-Reitor, em Julho último; exercera-as desde o Outono de 2001, no reitorado do Prof. Doutor José Ângelo Novais Barbosa. Antes, e com uma disponibilidade digna de todo o realce, passara praticamente por todos os órgãos de Gestão desta Casa:

- Ainda como Assistente, integrou o Conselho Pedagógico, a Assembleia de Representantes e o Conselho Directivo;
- como Professor foi Vice-Presidente do Conselho Científico, Presidente do Conselho Directivo (talvez o cargo que lhe tenha sido mais difícil de exercer, entre 1993 e 1995), duas vezes Coordenador da antiga Comissão Científica do Grupo de *História* e Presidente (o primeiro...) do Dep. de *História* (2000-2001).

Enfim, um perfil curricular abarcante e que, até por isso mesmo, dará conta da riquíssima dimensão humana do terceiro homenageado da tarde de hoje.

- Magn.º Reitor,
- Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Três Mestres, duas gerações universitárias:

- A primeira diz respeito aos que conheceram como alunos os tempos iniciais desta Casa, que aqui iniciaram carreira nos finais da década de 60, se doutoraram 8-10 anos depois e atingiram o cume na primeira metade da década de 80. Foi uma geração com um contributo essencial para o conjunto de viragens *modernizantes* então sentidas no ensino da *História* na Academia portuense, levando a que o 4.º Grupo desta Casa rapidamente se tivesse colocado a par dos congéneres mais antigos.
- A segunda geração, discípula já da anterior, fez o seu percurso estudantil «grosso modo» durante o Governo de Marcello Caetano e iniciou carreira imediatamente antes ou imediatamente após a mudança de Regime, vindo a doutorar-se pelos meados da década de 80 e a atingir a cátedra no último decénio de Novecentos. Soube esta geração recolher os contributos de Historiografias várias da segunda metade do século XX, inclusivamente no reabilitar do *político* e na incessante busca de novos caminhos para o *cultural*.

Todos os homenageados de hoje, membros de uma das duas gerações enunciadas, cumpriram assim, e com todo o mérito, o seu ofício de *sacerdotes de Clío*. Pelo que, Magn.º Reitor, rogo que vos digneis entregar-lhes o mais alto galardão que esta Casa outorga aos seus Maiores, a Medalha de Ouro, dando assim cumprimento a decisão tomada em devido tempo pela Assembleia de Representantes da Escola.

Porto e FL/UP, 20 de Maio de 2007

Armando Luís de Carvalho HOMEM

REFERÊNCIAS

- RAMOS, Luís A. de Oliveira [Dir.], 1994 – *História do Porto*, Porto, Porto Editora.
- SANTOS, Cândido dos, 1973 – *Censual (O) da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da Diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto, Câmara Municipal.
- SANTOS, Cândido dos, 1978 – «População (A) do Porto de 1700 a 1820: contribuição para o estudo da demografia urbana», *Revista de História* [Centro de História da Universidade do Porto], I: 281-349.
- SANTOS, Cândido dos, 1980/1996 – *Jerónimos (Os) em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, Porto, INIC; 2.ª ed.: Porto, JNICT.
- SANTOS, Cândido dos, 1984 – *Os monges de S. Jerónimo em Portugal na época do Renascimento*, Lisboa, ICALP (col. «Biblioteca Breve»).
- SANTOS, Cândido dos, 1991 – *Mulher (A) e a Universidade do Porto. A propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*, Porto, Universidade do Porto.
- SANTOS, Cândido dos [1997] – *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, [Universidade do Porto].
- SANTOS, Cândido dos, 1998 – *História e Cultura na Época Moderna. Estudos e documentos*, Porto, Universidade do Porto.
- SANTOS, Cândido dos, 2005 – *Padre (O) António Pereira de Figueiredo. – Erudição e Polémica na Segunda Metade do Século XVIII*, Lisboa, Edições Roma.
- SANTOS, Cândido dos, 2007 – *Jansenismo (O) em Portugal*, Porto, Faculdade de Letras / UP – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais.
- SANTOS, Eugénio dos, 1968 – *A congregação do Oratório do Porto. Subsídios para a sua história*, dissert. de licenciatura / –UP, dactilo-policop., Porto.
- SANTOS, Eugénio dos, 1982 – *Oratório (O) no Norte de Portugal (1673-1834): contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, INIC.
- SANTOS, Eugénio dos, 2006 – *D. Pedro IV*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1986 – «Alfabetização (A) no Antigo Regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., III: 101-163.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1988 – *Porto (O) e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e os poderes*, Porto, Arquivo Histórico Municipal.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990a – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular: os motins do Porto de 1757*, Lisboa, IN/CM.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1990b – «Porto e Ribadouro no século XVII: complementaridade imposta pela Natureza», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., VII: 145-153.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1993 – «Porto (O) e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempo de absolutismo», *Revista da Faculdade de Letras* [UP]. *História*, 2.ª sér., X: 9-68.

XXXIV Congresso Internacional de História Militar (Trieste, 31 de Agosto a 4 de Setembro 2008)

Tendo como tema central "Conflitos armados e populações civis: guerras totais, guerras limitadas e guerras assimétricas", realizou-se em Itália, em Trieste, o XXXIV Congresso Internacional de História Militar, promovido anualmente pela Comissão Internacional de História Militar, através das mais de trinta associações que nela estão filiadas, incluindo a Comissão Portuguesa de História Militar, presidida pelo Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto.

O *call for papers* apontava para o tratamento de uma multiplicidade de temas, cujo elenco se indica, candentes pela sua pertinência e actualidade, distribuídos por 16 sessões, plenárias e simultâneas:

1. Civis e militares : uma fronteira flutuante. O nascimento do conceito de civil e a evolução da sua definição jurídica.
2. Regimes políticos, sistemas internacionais, guerras limitadas ou totais.
3. As populações civis na guerra assimétrica, a guerrilha e a contra-guerrilha; genocídios e depurações étnicas; a guerra indiscriminada: o terrorismo.
4. As regras de protecção das populações civis : génese e desenvolvimento desde o *jus in bello* medieval, até ao direito internacional contemporâneo.
5. Os governos militares em territórios conquistados.
6. Mobilização militar e mobilização civil : das guerras profissionais às guerras de massas.
7. O impacto social e demográfico das guerras: do Antigo Regime ao período contemporâneo.
8. Guerras, mobilização e militarização da sociedade civil.

Pela primeira vez neste evento anual foi organizada uma *workshop*, com a intenção, conseguida, de envolver jovens investigadores, estudantes de mestrado e de doutoramento, no intuito de se promover esta área de estudos entre os investigadores *juniores*. Entre o painel de comunicantes marcou presença um estudante de mestrado português, Manuel Couto, aluno do Mestrado de Estudos Locais e Regionais da FLUP.

Foram apresentadas mais de 60 comunicações, por militares e por académicos, todos estudiosos de história militar ou de temas afins, cuja publicação está agendada para o próximo ano, 2009, no decurso do XXXV Congresso, a realizar no Porto (vd. notícia seguinte).

A Comissão Portuguesa de História Militar esteve presente com um número significativo de participantes, a ela se tendo associado investigadores-docentes do DHEPI da FLUP, que apresentaram também comunicações.

Amélia Polónia, Jorge Martins Ribeiro, David Martelo

XXXV Congresso Internacional de História Militar: "A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração" (Porto, 30 de Agosto - 4 de Setembro, 2009) – "Call for papers"

O teor do texto do documento de boas vindas ao Congresso, disponível no respectivo *site web*: <http://www.xxxvcongressicmh2009.com>, explicita os objectivos gerais a atingir pelo XXXV Congresso Internacional de História Militar, cuja realização, correspondendo embora a um evento anual da Comissão Internacional de História Militar, é assumida no próximo ano e pela segunda vez, pela Comissão Portuguesa

de História Militar. O encontro, aberto a militares, investigadores e estudantes, é organizado em parceria pela Comissão Portuguesa de História Militar, a Câmara Municipal do Porto e a Universidade do Porto, através do DHEPI.

Pode ler-se na referida carta de boas vindas: “Em 2009, de 30 de Agosto a 4 de Setembro, Portugal será pela segunda vez o país anfitrião do prestigiado Congresso da Comissão Internacional de História Militar (CIHM), a realizar na cidade do Porto. A primeira vez em que Portugal acolheu este evento foi em 1998, em Lisboa. Confiamos que participem neste Congresso delegados de mais de 35 países e entre estes esperamos oficiais, historiadores, académicos, professores de ciências militares, arquivistas e diplomatas.

O tema deste XXXV Congresso Internacional de História Militar será: “**A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e efeitos de longa duração**”. Trata-se de uma realização internacional e multidisciplinar, que visa reflectir sobre aspectos de história militar, política, diplomática, económica, social e cultural, ao nível local, nacional, europeu e global.

As sessões incluirão abordagens que vão desde os antecedentes políticos e ideológicos das guerras até às campanhas e estratégias militares e às suas projecções globais – em geopolítica, economia, sociedade e cultura. Neste domínio, será dada uma ênfase particular ao desenhar de uma nova ordem política e à disseminação de novas ideologias, as quais fizeram nascer novos regimes e formas de governo que ultrapassaram o espaço europeu e se projectaram noutros continentes. Contribuições centradas em experiências militares e políticas ligadas diacrónica ou sincronicamente com este importante acontecimento são bem-vindas, de forma a promover abordagens comparativas ao tema.

O objectivo principal deste Congresso é o de permitir um contacto entre os investigadores seniores e juniores, bem como o de convocar os investigadores de ponta nestas áreas da especialidade, em ordem a promover um debate sobre vastas e complexas problemáticas que, apesar de já terem sido amplamente analisadas no panorama da historiográfico internacional, não se esgotam na produção científica disponível.

Ao mesmo tempo, o espírito do Congresso é o de promover discussões em torno do tema central: *A Guerra Peninsular*, tentando averiguar como as suas consequências afectaram a Europa, a América e o futuro do mundo. Também pretende chamar a atenção de um público mais amplo, que engloba, para além de militares, académicos e especialistas, e, ao mesmo tempo, cruzar perspectivas múltiplas que contextualizarão melhor e permitirão uma reconstituição, sempre incompleta, da intrincada dinâmica histórico-militar que este encontro é suposto evocar”.

Como facilmente se compreende, a cidade do Porto foi escolhida para acolher este evento, pois o ano de 2009 marca o bicentenário da segunda invasão francesa de Portugal, cujo maior impacto foi sentido na parte norte de Portugal, nomeadamente no Porto.

Articulando as sessões do Congresso com outras iniciativas, tais como exposições temáticas, a reconstituição histórica de acontecimentos marcantes da história do Porto, a realização de espectáculos culturais ou apenas o calcorrear de itinerários utilizados pelas tropas francesas nas suas invasões, este acontecimento visa projectar-se para a comunidade envolvente.

As inscrições *on line*, bem como o programa geral e o *call for papers*, estão disponíveis no *site* oficial do Congresso (<http://www.xxxvcongressicmh2009.com>).

Amélia Polónia, Jorge Martins Ribeiro, David Martelo